



01 DE ABRIL DE 2015

Quarta-feira

- RENAULT DO BRASIL TEM PRIMEIRO PREJUÍZO EM 5 ANOS
- DÓLAR TEM MAIOR ALTA ANTE O REAL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DESDE 1999
- SOCORRO AO SETOR ELÉTRICO CHEGA A R\$ 37 BI, DIZ ANEEL
- MINISTRO DA FAZENDA NÃO DESCARTA NOVO IMPOSTO PARA AJUDAR NO AJUSTE FISCAL
- SEM NUNCA TER CHEGADO AO AUGE, BRASIL ENFRENTA DESINDUSTRIALIZAÇÃO PRECOCE
- BANCOS DE FÁBRICA DEVEM COMPENSAR AUMENTO DE JUROS NO MODERFROTA
- A POLÍTICA OFICIAL E O DESÂNIMO DA CONSTRUÇÃO
- FIAT PARA PRODUÇÃO DE FÁBRICA EM BETIM PARA AJUSTAR ESTOQUES
- DEMANDA FRACA AFETA INDÚSTRIA E SERVIÇOS DA CHINA EM MARÇO, MOSTRAM PMIs
- CONFIANÇA DE SERVIÇOS DESABA 12,1% EM MARÇO E RENOVA MENOR NÍVEL HISTÓRICO
- CORREÇÃO-ALL TEM PREJUÍZO DE R\$1,874 BI EM 2014
- A PARTIR DE HOJE, EMPREGADOR TERÁ DE PEDIR SEGURO-DESEMPREGO PELA INTERNET
- ROMBO PREOCUPANTE
- CONTABILIDADE: INDISPENSÁVEL EM MOMENTOS DE CRISE ECONÔMICA
- MAIS DA METADE DAS EMPRESAS BRASILEIRAS NÃO EXIGE TROCA DE SENHA DOS FUNCIONÁRIOS
- VOLKSWAGEN COMEMORA 5 ANOS DE USINA HIDRELÉTRICA PRÓPRIA
- MWM INTERNATIONAL REDUZ ESTOQUES EM 80% NO BRASIL

- FAURECIA FAZ ASSOCIAÇÃO COM A DONGFENG NA CHINA
- USO DA CAPACIDADE INSTALADA DA INDÚSTRIA CAI A 78,5%
- PREÇOS BAIXOS DERRUBAM OS INVESTIMENTOS DE MINERADORAS EM MINAS
- CNI QUER APOIO DO GOVERNO PARA INVESTIMENTO EM INOVAÇÃO
- MERCADO DE TRABALHO EM CRISE AFETA RECRUTADORES
- IBGE REVISAR PRODUÇÃO INDUSTRIAL DE JANEIRO ANTE DEZEMBRO DE 2,0% PARA 0,3%
- PRODUÇÃO INDUSTRIAL RECUA 9,1% EM FEVEREIRO, MAIOR QUEDA DESDE 2009
- FIESP NÃO VÊ SINAL DE RECUPERAÇÃO DA INDÚSTRIA MESMO COM ALTA DO INA EM FEVEREIRO
- LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA: ALÉM DO AJUSTE, UM ACORDO POLÍTICO
- IPC-S ACELERA ALTA A 1,41% EM MARÇO SOBRE FEVEREIRO
- INDÚSTRIA EUROPEIA ACELERA COM EURO FRACO
- CONFIANÇA DE PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS PARA O 2º SEMESTRE DESTA ANO CAIU, DIZ INSPER
- COBRE APAGA GANHOS E OPERA EM BAIXA, APESAR DE DADOS FAVORÁVEIS DA CHINA
- TÓQUIO FECHA EM BAIXA COM TEMORES SOBRE CONFIANÇA DE EMPRESAS E INDÚSTRIA

CÂMBIO Em 01/04/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,155	3,156
Euro	3,400	3,402

Fonte: BACEN

Renault do Brasil tem primeiro prejuízo em 5 anos

01/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A Renault do Brasil sofreu em 2014 seu primeiro prejuízo em cinco anos. O balanço da montadora francesa – que tem fábrica em São José dos Pinhais, na Grande Curitiba – revelou um resultado negativo de R\$ 270 milhões no ano passado, depois de um lucro de R\$ 232 milhões em 2013. Antes disso, o último prejuízo da empresa no Brasil havia sido registrado em 2009, com perda de R\$ 256 milhões.

O relatório publicado no Diário Oficial do Paraná da última sexta-feira (27) mostrou que, embora as vendas de veículos da companhia ao mercado brasileiro tenham aumentado 0,3% em 2014, para pouco mais de 237 mil unidades, sua receita bruta de vendas no ambiente doméstico caiu 7%, para R\$ 10,9 bilhões. Em outras palavras, no ano passado a Renault ganhou menos por veículo vendido.

A compensação foi o aumento em sua fatia de mercado, que subiu de 6,6% no ano anterior para 7,1%, a mais alta desde que a empresa começou a produzir no país, em 1999.

Os resultados no mercado internacional foram muito ruins. Muito dependente da economia argentina, e vulnerável às barreiras alfandegárias do país vizinho, a Renault viu suas receitas com o mercado externo despencarem 59% em 2014, para R\$ 919 milhões. Com isso, o resultado operacional – que reflete as atividades principais da empresa – ficou negativo em R\$ 176 milhões, revertendo parte dos ganhos de R\$ 324 milhões em 2013.

Além da queda nas vendas, o desempenho das operações foi impactado por despesas de cerca de R\$ 60 milhões com um “plano de incentivo financeiro” para demissões voluntárias.

A companhia não informou quantos trabalhadores aderiram ao plano. Em ocasiões anteriores, havia afirmado apenas que, ao longo de 2014, seu quadro de funcionários baixou de 6,5 mil para 6 mil trabalhadores em razão do fim de contratos temporários.

O balanço deste ano também sofrerá o impacto de um plano de demissões voluntárias. Em fevereiro, 470 pessoas deixaram a montadora em um novo PDV que, segundo o relatório publicado na semana passada, tem despesa estimada em R\$ 45 milhões.

Perdas

O resultado financeiro da Renault, que reflete os investimentos em aplicações e o pagamento de empréstimos, também registrou prejuízo, da ordem de R\$ 64 milhões. A principal responsável foi a variação do câmbio, que provocou perdas de aproximadamente R\$ 147 milhões.

Zero quilômetro mais caro

Apesar do mau momento para o setor de veículos, os preços de automóveis e caminhões seguem em alta na porta da fábrica, informou o IBGE nesta terça-feira (31). A alta foi de 0,79% em fevereiro, após aumento de 1,33% em janeiro – um reajuste acumulado em 2,14% em dois meses, segundo dados do Índice de Preços ao Produtor (IPP). Em 12 meses, os veículos já subiram 7,25%.

DE VOLTA AO VERMELHO

A Renault não tinha prejuízo no Brasil desde 2009.

Resultado líquido

Em R\$ milhões



Fonte: Balanços da Renault. Infografia: Gazeta do Povo.

Dólar tem maior alta ante o real no primeiro trimestre desde 1999

01/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O dólar fechou em queda de mais de 1% ante o real nesta terça-feira (31), mas encerrou o primeiro trimestre com alta acumulada de 20% em relação à moeda brasileira, em meio as incertezas políticas e econômicas locais e perspectiva de aumento dos juros nos Estados Unidos. Foi a maior valorização do dólar ante o real em um primeiro trimestre desde 1999, quando o Brasil desvalorizou o real e adotou o regime de câmbio flutuante.

“O quadro foi se deteriorando aqui e isso foi acompanhado de um movimento expressivo de valorização do dólar em relação a outras moedas no mundo”, disse o diretor de câmbio da Pioneer Corretora, João Medeiros. No mês, o dólar acumulou alta de 11,7% ante o real, na maior valorização desde setembro de 2011.

Nesta terça, a moeda norte-americana fechou com queda de 1,26%, a R\$ 3,1909 na venda, após cair 0,27% na véspera. O desempenho foi influenciado, em parte, pelos comentários do ministro da Fazenda, Joaquim Levy, no Senado.

Socorro ao setor elétrico chega a R\$ 37 bi, diz Aneel

01/03/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

O socorro ao setor elétrico vai custar R\$ 37,417 bilhões aos consumidores, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). O valor será diluído e repassado para a conta de luz nos próximos quatro anos e meio e deve causar um impacto de 6 pontos percentuais, em média, nas tarifas.

O empréstimo foi feito para ajudar as distribuidoras a pagar pela compra de energia ao longo do ano passado e evitar um reajuste muito elevado para os consumidores de uma só vez. Ao todo, essa despesa consumiu R\$ 21,176 bilhões. Mas o custo, na prática, ficará

muito maior devido aos juros cobrados pelas instituições financeiras, que vão consumir R\$ 12,838 bilhões.

Como garantia da operação, os bancos decidiram cobrar 10% do valor total do empréstimo, o correspondente a R\$ 3,401 bilhões. Esse valor será recolhido na tarifa cobrada pelo consumidor e, ao final do pagamento do empréstimo, deverá ser devolvido. "O que é normal em qualquer garantia é que a conta tenha uma folga. Você não pode garantir um fluxo que é exatamente o valor da sua obrigação", explicou Rufino.

Três operações foram acordadas. A primeira, em abril de 2014, foi de R\$ 11,2 bilhões. A segunda, em agosto, foi de R\$ 6,578 bilhões. E em fevereiro deste ano, foi fechada a última parcela, de R\$ 3,398 bilhões.

Ministro da Fazenda não descarta novo imposto para ajudar no ajuste fiscal

01/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Diante do risco de não cumprimento das metas fiscais, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, afirmou nesta terça-feira (31) que o governo está pronto para adotar novas medidas a fim de garantir a entrega do superávit primário das contas públicas prometido para 2015. Pressionado pelos senadores a se comprometer a não criar novos impostos, Levy foi sincero: "Seria inadequado dizer: jamais trarei imposto novo".

Durante sete horas e vinte minutos em audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, ele defendeu o ajuste fiscal como necessário para evitar o rebaixamento da nota de crédito do país pelas agências de classificação de risco e essencial para "pavimentar" a retomada de crescimento da economia.

Na sua apresentação inicial, Levy vangloriou-se do fato de o governo não ter criado nenhum imposto com o objetivo de cumprir a meta de superávit primário – economia para o pagamento dos juros – estipulada em 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB).

"Estamos diminuindo intensidade de algumas ações de renúncia dentro do quadro anticíclico", afirmou. Como exemplos, citou a recomposição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) e a redução da desoneração da folha de pagamento.

Compromisso

O senador Lasier Martins (PDT-RS) pediu que ele se comprometesse, então, a não aumentar os tributos na sua gestão, mas Levy se recusou. "O governo tem de estar pronto para tomar as ações que sejam necessárias, com parcimônia. Mas, antes de inventar um novo imposto, o governo tem de acertar os que estão aí", afirmou, completando que na tributação sobre instrumentos financeiros havia "proliferação de vantagens que criaram desequilíbrios".

No mercado financeiro, já é dado como certo que o ministro vai precisar de novas medidas depois do saldo negativo nas contas públicas em fevereiro (leia mais nesta página). "Vamos ter de trabalhar para voltar a ter superávits primários robustos nos próximos meses e alcançar a meta", reconheceu.

Levy alertou que ainda existe risco de rebaixamento do rating do Brasil se o governo não cumprir o ajuste fiscal por causa da dívida pública "relativamente alta". Segundo ele, o objetivo é diminuir as despesas públicas para os mesmos níveis registrados em 2013. Na defesa da contenção dos gastos públicos, o ministro citou a presidente Dilma Rousseff. "Não se faz isso à toa. Se faz isso para criar as condições de crescimento", ressaltou.

A maioria dos senadores cobrou do ministro uma agenda de crescimento a longo prazo. "O ajuste será menos 'desajustado' se tiver, no horizonte, vetores de crescimento", afirmou José Serra (PSDB-SP). Exigiram ainda mais cortes nas despesas do próprio governo, como a redução no número de ministérios e de cargos comissionados.

Levy afirmou, por outro lado, que o "corte na carne" foi feito quando o governo antecipou em 30% a redução nos gastos antes mesmo da aprovação do Orçamento, como sinalização da disciplina que estava disposto a fazer.

Sem nunca ter chegado ao auge, Brasil enfrenta desindustrialização precoce

01/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Entre tantos indicadores econômicos negativos que têm gerado manchetes—desaceleração da economia, pressão inflacionária, aumento do desequilíbrio externo, o primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff será também lembrado por uma tendência que costuma ser menos mencionada: a intensificação do processo de desindustrialização precoce.

É isso o que sugerem os dados do IBGE relativos à participação da indústria no PIB em seu primeiro mandato.

No primeiro ano, em 2011, a indústria representava pouco mais de 27,2% do PIB, mesmo patamar da herança deixada por Lula. Nos anos seguintes, a participação despencou, primeiro com mais intensidade e depois à razão de um ponto percentual por ano, atingindo marca inferior a um quarto, o pior resultado das últimas décadas.

Em relação às duas administrações anteriores, a de Dilma não se sai bem nesse quesito. Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), apesar das políticas liberais e da abertura do país a importações para ajudar no controle da inflação, pegou e entregou a participação da indústria no PIB na casa dos 26%.

Sob Lula, a trajetória não foi diferente: em que pesem as variações ao longo dos mandatos, a participação da indústria em 2003 e 2010 ficou em torno de 27%.

Quando se fecha o foco na indústria de transformação, cujos produtos têm maior valor agregado, o cenário é mais desolador. A participação no PIB em 2014, de 10,9%, é bem inferior à metade da registrada em meados da década de 1980, a "década perdida".

Só em São Paulo, que concentra a produção dessa indústria, houve perda de 164 mil empregos formais em 2014, retração de 2% no ano, segundo a Fiesp, a federação das indústrias de São Paulo.

ANTES DA HORA

Tal desindustrialização é precoce por ocorrer antes de a indústria do país alcançar o auge ideal e então começar a perder importância relativa na economia, em favor de setores potencialmente mais sofisticados, como serviços.

Essa seria a desindustrialização natural, típica dos países mais ricos, sem impacto negativo sobre geração de emprego e renda.

Na desindustrialização precoce ocorre perda da renda média dos trabalhadores, pois a indústria tem elevado índice de empregos formais, paga salários mais altos e é um dinamizador de crescimento, devido ao efeito multiplicador na economia.

Economistas alinhados com o interesse da indústria nacional consideram que os 12 anos de governo petista representaram uma oportunidade perdida para o setor. O aumento da renda dos brasileiros, que viabilizou a compra de produtos de consumo, foi em grande parte capturado pelas importações.

Esse processo ocorreu sobretudo no primeiro mandato de Dilma, quando a produção industrial ficou praticamente estagnada. Desindustrializar, aliás, não implica necessariamente queda da produção industrial, como a de 1,2% que correu no ano passado. Trata-se apenas da perda da relevância da indústria. Na economia, o que pode ocorrer se ela não crescer ou até se crescer menos que outros setores.

Nos dois governos anteriores, a produção industrial andou no mesmo compasso da economia em geral, o que explica o fato de sua participação no PIB ter permanecido no mesmo patamar.

Nos dois governos Lula, aumentou 3,5% e 2,8%, respectivamente, segundo dados não revisados. Nos dois de FHC, as taxas foram de 1,3% e 2,5%. Antes, a indústria dera um salto (de 7,5%) na curta gestão de Itamar Franco, que se seguiu à desastrosa performance no conturbado governo de Fernando Collor, com queda de 3,7%.

PIOR DESEMPENHO

Do ponto de vista da produção industrial, portanto, o primeiro mandato de Dilma foi o mais fraco desde os dois anos e meio de Collor, marcados pelo confisco da poupança, pelo fracasso do combate à inflação, pelo início de uma abertura comercial desregrada e pelo impeachment.

Só uma análise com viés oposicionista, porém, poderia atribuir responsabilidade exclusiva a Dilma pela desindustrialização em curso.

Entre as razões do processo estão desde as políticas liberais dos anos 1990 até a baixa qualificação da mão de obra, passando pelos juros elevados, pelo baixo nível de poupança interna, pelos gargalos de infraestrutura e, até recentemente, pelo câmbio sobrevalorizado.

Com tantos elementos determinantes, a desindustrialização precoce do Brasil está mais para obra coletiva. A "contribuição" de Dilma foi ter deixado que sua defesa da indústria nacional se transformasse em retórica vazia.

Bancos de fábrica devem compensar aumento de juros no Moderfrota

01/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Uma das maiores expectativas negativas para o setor de máquinas e implementos agrícolas foi confirmada com o anúncio de reajuste nas taxas de juros do Moderfrota. Com isso, a participação de bancos ligados às principais empresas do setor deve aumentar, assim como a liberação de recursos que complementem o financiamento.

A necessidade de reforçar o ajuste fiscal para arrumar as contas públicas foi o lastro para a decisão do Conselho Monetário Nacional (CMN).

O Moderfrota teve elevada de 4,5% para 7,5% ao ano a taxa de financiamento para empresas com receita operacional ou renda de grupo econômico superior a R\$ 90 milhões anuais. Já para renda acima de R\$ 90 milhões, o financiamento de Equipamentos agrícolas subiu de 6% para 9% ao ano. A mudança já valerá a partir de 1º de abril.

"Com a subida dos juros, a tendência é de retração nos negócios do setor, mas a Agricultura não pode parar.

Quem precisa de máquinas vai pagar juros um pouco maiores. Quando olhamos para dentro de casa, nossa participação como banco aumenta mesmo com a demanda retraída, por sermos mais ágeis e estarmos mais próximos do cliente. Em momentos difíceis os outros bancos saem do mercado e dificultam, enquanto nós facilitamos.

Neste cenário, a tendência é aumentar o market share [participação de mercado] dentro da New Holland", explica o gerente do Banco CNH Industrial para o segmento Agrícola, Marcio Contreras.

A instituição também financia Máquinas e Equipamentos para as demais companhias de Agricultura, construção e transportes do grupo, Case e Iveco. As declarações do executivo foram dadas durante o lançamento do evento New Holland Em Campo, no município de Ponta Grossa (PR), horas antes do anúncio oficial sobre o reajuste das tarifas, entretanto, Contreras já trabalhava com a possibilidade de aumento de pelo menos 2,5 pontos percentuais sobre os juros praticados atualmente.

Ação bancária De acordo com o CMN, o programa Moderfrota ainda conta com R\$ 1,8 bilhão em recursos para financiamento até o junho.

O montante disponibilizado pelo Plano safra 2014/ 2015 contava com R\$ 3,6 bilhões em equipamentos, ou seja, dos quais 50% já foram acessados. Após o anúncio do reajuste nas taxas, o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Velloso, disse que o valor disponível atualmente pode não ser suficiente para atender a demanda do setor até o final da temporada, informou uma publicação da Agência Estado de notícias.

Segundo ele, o volume garantiria o financiamento até a Agrishow, principal feira do agronegócio da América Latina, que acontece entre 27 de abril e 1º de maio. Para Velloso, o setor de Máquinas e Equipamentos agrícolas acredita que para encerrar o período de 2014/ 2015 seriam necessários entre R\$ 2,2 bilhões e 2,3 bilhões.

"Esse é um medo do mercado como um todo, o recurso acabar antes do final da safra.

Neste caso, o governo terá que tomar uma decisão, se fará aportes imediatos, ou se o banco de fábrica coloca um complemento ao PSI, segunda opção de crédito para o Produtor rural que teríamos disponível", afirma o gerente.

Contreras diz que a diferença está no volume financiado pela linha. O Moderfrota cobre 90% do valor do equipamento e o PSI apenas 70%. Para que o produtor não precise dar 30% do valor da máquina de entrada, o banco de fábrica financia a diferença de 20% e o agricultor continua com a cobertura de 90%.

"Geralmente, nossa instituição financeira não pode trabalhar com taxas de juros diferentes das estabelecidas pelo Plano safra e esta seria uma manobra que teríamos, caso o recurso não seja suficiente", acrescenta.

O Banco CNH Industrial atua há 40 anos em todo o mundo e há 15 no Brasil. Em 2014, cerca de 50% das máquinas das duas marcas agrícolas da CNH Industrial são financiadas pelo banco, mesmo resultado obtido no setor de construções.

A ação integrada entre as áreas Agrícola, bancária e de construção - com equipamentos utilizados no setor agropecuário - é a estratégia do grupo para se sobressair à crise macroeconômica, conta o gerente de marketing da New Holland, Carlos Darci.

No setor Em um momento de ajustes fiscais e aumento nos custos de produção, a tomada de decisão sobre os investimentos ainda passa por incertezas sobre a manutenção do percentual de financiamento pelo Moderfrota, que deve ser anunciado apenas junto com o próximo Plano safra.

Em contrapartida, o bom andamento da colheita dá fôlego para uma expansão na demanda e a expectativa de manutenção nos números obtidos em 2014. É o cenário traçado pelo presidente da Tratornew, Davi Lunardi, uma das principais concessionárias da New Holland no País.

"Os resultados deste ano vão depender muito do segundo semestre e a continuidade do Moderfrota, em quais condições", avalia Lunardi.

A política oficial e o desânimo da construção

01/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Os empresários da construção civil demonstram preocupação crescente com o ritmo da atividade e as perspectivas futuras do setor. É o que mostram tanto o Índice de Confiança da Construção (ICST) da FGV - que caiu 8% entre fevereiro e março e atingiu o menor patamar desde 2010 - quanto a Sondagem da Construção de fevereiro da CNI.

Com indicadores ruins, as empresas adiam decisões de investimento e se concentram na geração de caixa ou na renegociação dos débitos bancários, segundo o Broadcast, da Agência Estado. A queda de 2,3% do PIB da construção entre os últimos trimestres de 2013 e de 2014 confirma a tendência negativa.

E o quadro tende a se agravar. Pesquisa da consultoria GO para a Associação Paulista de Obras Públicas (Apeop) mostrou que 43% das empresas vão cortar investimentos nos próximos 12 meses.

Ana Maria Castelo, da FGV-Ibre, enfatiza que os sucessivos recordes negativos mostram que "o nível de atividade do setor está caindo rapidamente". E o "elemento inesperado" vem da infraestrutura. Obras são "paralisadas independentemente do estágio, o que tende a gerar um impacto ainda mais forte".

Os efeitos da Operação Lava Jato sobre as grandes construtoras são de tal ordem que os indicadores da CNI só são menos ruins nas pequenas construtoras. Estas têm maior nível de atividade, maior atividade em relação à usual e menor propensão a dispensar mão de obra. Mas, nos levantamentos em geral - em que o termo médio é de 50 pontos e abaixo disso o campo é negativo -, todos os números são desfavoráveis. O setor está no piso histórico.

Entre fevereiro de 2014 e fevereiro de 2015, o uso de capacidade (UCO) caiu de 69 pontos para 60 pontos - e é o único indicador mais favorável às grandes empresas, que estão utilizando 62% da capacidade (as pequenas e médias operam com 57% da capacidade).

O nível de atividade em relação à usual é de 35,8 pontos nas pequenas empresas, 33,4 pontos nas grandes e 31,2 pontos nas médias, segundo a CNI. A construção de edifícios está em patamar fraco (35 pontos, com queda de 3,5 pontos em relação a janeiro e 9,6 pontos em relação a fevereiro de 2014). E é ainda pior nos serviços especializados (32,4 pontos) e nas obras de infraestrutura (30 pontos) - neste caso, a queda foi de 15,1 pontos em 12 meses.

E, na habitação popular, nem os estímulos oficiais impedem demissões e atraso de obras, pela demora no repasse de recursos.

Fiat para produção de fábrica em Betim para ajustar estoques

01/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A fábrica da Fiat em Betim (MG) vai parar produção entre esta quarta-feira (1º) e segunda-feira da próxima semana para ajustar níveis elevados de estoques da montadora de veículos, informaram sindicato local e a própria empresa nesta terça (31). Os cerca de 16 mil funcionários da fábrica mineira serão dispensados nos dias parados sem corte de remuneração.

Segundo a empresa, o calendário de 2015 já previa que os funcionários não teriam expediente no feriado prolongado da Sexta-Feira Santa, mas não previa parada também na quarta e quintas-feiras. "Trata-se de uma parada técnica para ajustar estoque à demanda mais baixa", disse à Reuters um representante da montadora.

Os níveis dos estoques não foram revelados pela empresa nem quanto a unidade deixará de produzir durante a paralisação temporária. Porém, o Sindicato dos Metalúrgicos de Betim afirmou que calcula o estoque da montadora como suficiente para cerca de 40 dias de vendas.

A entidade comentou que o ritmo de produção atual está em 2 mil carros por dia ante pico de 3.400 registrado alguns anos atrás.

"Não é uma boa notícia; isso cria um clima de apreensão entre os trabalhadores que ficam preocupados com o futuro e com a manutenção dos empregos", disse o presidente do sindicato, João Alves de Almeida, em referência aos estoques da empresa.

"Era natural que depois de anos de demanda forte e recordes de produção, esse freio ia acontecer. Esperamos que as autoridades econômicas do país encontrem uma saída para um setor que emprega muito", acrescentou o sindicalista.

Capacidade

A fábrica da Fiat em Betim tem capacidade de produzir cerca de 800 mil veículos ao ano. A unidade produz veículos populares como Fiat Uno e modelos de gama mais elevada como Bravo e Linea.

No começo do mês, a montadora já havia concedido férias coletivas a aproximadamente 2 mil empregados de Betim. Eles voltaram ao trabalho nesta segunda-feira.

Na véspera, a Volkswagen concedeu férias coletivas a 4.200 de 5 mil funcionários de sua fábrica em Taubaté, no interior de São Paulo, paralisando a unidade até 18 de abril. A decisão veio também para adequar volume de produção à demanda do mercado.

Demanda fraca afeta indústria e serviços da China em março, mostram PMIs

01/04/2015 - Fonte: Reuters

Pesquisas sobre os setores industriais e de serviços da China mostraram uma fraqueza persistente na segunda maior economia do mundo em março, ampliando as apostas de que Pequim terá que adotar mais medidas de suporte para evitar uma forte desaceleração.

Três pesquisas separadas de Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) mostraram que as empresas chinesas cortaram empregos no mês passado, uma vez que enfrentaram dificuldades com a demanda fraca e pressões deflacionárias, sugerindo que o crescimento econômico pode ter caído abaixo de 7 por cento no primeiro trimestre de 2015, o que seria o ritmo mais fraco em seis anos.

O PMI oficial da indústria divulgado nesta quarta-feira indicou que a atividade foi fraca. O indicador subiu para 50,1 em março ante 49,9 em fevereiro, segundo a Agência Nacional de Estatísticas, acima da expectativa em pesquisa da Reuters de 49,7 mas apenas pouco acima da marca de 50 que separa crescimento de contração.

Em outro sinal de que as empresas enfrentam uma demanda fraca, o PMI oficial de serviços caiu para 53,7 ante 53,9 em fevereiro, atingindo mínima em um ano.

Ambos os PMI mostraram que as empresas continuaram a reduzir o número de funcionários no mês passado. As pesquisas também sugeriram que as pressões deflacionárias não diminuíram, pressionando as margens de lucro das empresas mesmo com a desaceleração das vendas e o aumento da competição.

Já o PMI final do HSBC/Markit chegou a 49,6, pouco acima da preliminar de 49,2 mas ainda abaixo de 50.

"Os últimos dados indicam que a demanda doméstica e externa continua fracas em meio a condições de mercado mais fracas", disse Annabel Fiddes, economista do Markit. O PMI oficial acompanha empresas estatais e maiores, enquanto a versão do HSBC se concentra em empresas pequenas e de médio porte.

Confiança de serviços desaba 12,1% em março e renova menor nível histórico

01/04/2015 - Fonte: Reuters

O Índice de Confiança de Serviços (ICS) recuou 12,1 por cento em março sobre o mês anterior e voltou a renovar o menor nível da série iniciada em junho de 2008, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) nesta quarta-feira.

Com este resultado, o ICS foi a 82,4 pontos, ante 93,7 pontos em fevereiro, quando o indicador já havia batido o menor nível da série ao cair 5,4 por cento.

"Em março, o índice de confiança foi o menor da série em 11 dos 12 segmentos pesquisados, mostrando, de modo inequívoco, uma percepção desfavorável pelo setor sobre o rumo dos negócios", destacou o consultor da FGV/IBRE Silvio Sales.

"Em linha com esse cenário adverso, o indicador que mede o ímpeto de contratações... também chegou ao mínimo histórico, reforçando os sinais de uma retração na atividade no primeiro trimestre do ano", completou.

O Índice da Situação Atual (ISA-S) teve queda de 14,1 por cento em março na comparação com fevereiro, a 66,0 pontos.

Já o Índice de Expectativas (IE-S) caiu 10,7 por cento em março, para 98,8 pontos. Ambos os índices chegaram aos menores níveis da série histórica, segundo a FGV.

CORREÇÃO-ALL tem prejuízo de R\$1,874 bi em 2014

01/04/2015 - Fonte: Reuters

A América Latina Logística (ALL) teve prejuízo líquido de 1,874 bilhão de reais no acumulado de 2014, informou a companhia na noite de terça-feira, revertendo resultado positivo de 42,7 milhões de reais do ano anterior, segundo resultado reapresentado para 2013.

O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) da companhia totalizou 1,051 bilhão de reais, queda de 35 por cento na comparação anual.

A ALL, que deixou de ter suas ações negociadas nesta quarta-feira devido à união com a Rumo Logística, disse que as práticas contábeis adotadas pela companhia foram revisadas em decorrência da combinação, o que levou à necessidade de promover ajustes e reclassificações relativos a registros contábeis, com a reapresentação do resultado de 2013.

A companhia acrescentou em fato relevante que, em função do aumento do nível de endividamento relativo da companhia ao final de 2014, a ALL ultrapassou indicadores previstos em determinados contratos de financiamento.

A anuência de credores para alterações decorrentes da incorporação de ações pela Rumo, bem como para a quebra do covenant e para "cross default" com a oitava e a nona emissões de debêntures da ALL já foi obtida, disse.

"A companhia informa, também, que a Rumo negociou uma linha de crédito, a qual ficará disponível para eventual repagamento da oitava e nona emissões de debêntures da ALL", acrescentou.

A partir de hoje, empregador terá de pedir seguro-desemprego pela internet

01/04/2015 - Fonte: Agência Brasil

A partir desta quarta-feira (1º), os empregadores só poderão preencher o requerimento do seguro-desemprego e de comunicação de dispensa de trabalhadores por meio da internet.

A medida pretende tornar mais rápido o atendimento e dar maior segurança às informações sobre os empregados, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Antes, a documentação era preenchida pela empresa (em guias verde e marrom) e entregue pelo trabalhador na hora de requerer o benefício. Esses formulários impressos não serão mais aceitos.

Com a resolução do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador, as empresas deverão preencher os requerimentos apenas por meio do aplicativo Empregado Web, disponível no [Portal Mais Emprego](#), do ministério. O dispositivo *online* já era utilizado, mas passou a ser obrigatório.

De acordo com o MTE, o sistema dará mais velocidade à entrega do pedido, além de garantir a autenticidade dos dados e possibilitar o cruzamento de informações sobre os trabalhadores em diversos órgãos, facilitando consultas necessárias para a liberação do benefício.

Segundo o ministro do Trabalho, Manoel Dias, todos os serviços prestados aos empregadores e trabalhadores já estão informatizados.

“Estamos incluindo a biometria no recebimento do fundo de garantia, para garantir que não haja fraudes. São 12 programas que desenvolvemos, culminando até o final do ano com um cartão eletrônico. A carteira de trabalho passaria a ser, então, um cartão eletrônico”, adiantou o ministro.

Em uma agência de atendimento ao trabalhador em Brasília, a medida não era conhecida por todos e dividiu opiniões. Apesar de trabalhar no departamento de recursos humanos de uma empresa, Camila Moura ainda não sabia das mudanças. Ela acredita que a resolução vai acelerar o processo de requerimento do seguro-desemprego.

“Não tem nenhum cartaz com o aviso, nenhum atendente informou que iria ter essa mudança e as empresas não receberam um comunicado sobre isso. Mas eu acho positivo, porque tem gente passa muito tempo na fila e vai ficar mais rápido”, disse Camila.

O lavrador Evandro de Castro, que estava solicitando o seguro-desemprego, já sabia das mudanças. “É uma facilidade a mais para o trabalhador e para a empresa, mas não poderia ser obrigatoriamente pela internet, porque algumas pessoas não têm e não sabem usar”, afirmou.

No final de fevereiro, [novas regras de concessão do seguro-desemprego entraram em vigor](#). A Medida Provisória (MP) 665 estabeleceu que tem direito ao seguro-desemprego o trabalhador dispensado que comprove ter recebido salário há pelo menos 18 meses nos últimos 24 meses imediatamente anteriores à data do desligamento, na primeira solicitação. Pela legislação anterior, esse prazo era seis meses. Na segunda solicitação, a exigência cai para um ano e a partir da terceira vez, não há alteração.

A MP 665 também alterou regras para o seguro-desemprego de pescador artesanal e do abono salarial. Já a MP 664 alterou regras sobre os benefícios de auxílio-doença e pensão por morte. As medidas ainda precisam ser votadas pelo Congresso Nacional.

Rombo preocupante

01/04/2015 - Fonte: Estado de S. Paulo

Em fevereiro, as contas públicas, incluídos: governo federal, Estados e municípios, levaram novo baque, que não estava nas previsões dos analistas: um rombo de R\$ 2,3 bilhões, o maior em meses de fevereiro desde 2013.

Janeiro havia apontado um surpreendente superávit de R\$ 21,0 bilhões. Com o fiasco de fevereiro, o resultado acumulado nos dois primeiros meses do ano se reduziu a R\$ 18,8 bilhões, ou 2,2% do PIB do bimestre.

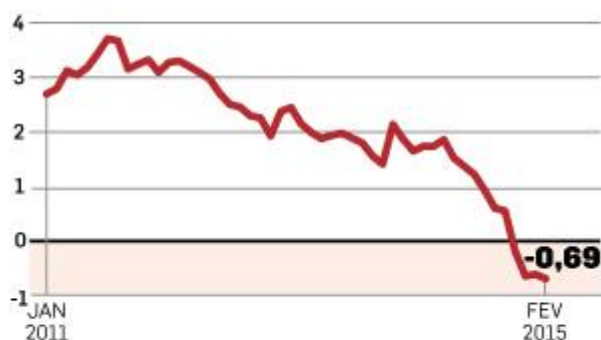
O governo federal continua gastando demais. Nos primeiros dois meses do ano, enquanto a receita cresceu 2,4% (sobre igual período de 2014), a despesa aumentou 7,5%.

É preocupante o puxão produzido pelos gastos da Previdência Social, que aumentaram 13,0% no bimestre janeiro-fevereiro. Mas no desempenho fraco das contas públicas não se pode tirar a importância do baixo desempenho da arrecadação, cuja causa principal é a estagnação da produção e da renda. Economia estagnada derruba o gerador de impostos, que é a produção e a circulação de mercadorias e serviços.

FRÁGIL

● Contas do setor público*

RESULTADO PRIMÁRIO, ACUMULADO EM 12 MESES, EM % DO PIB



*Governo central, Estados, municípios e estaduais (com exceção da Petrobrás e Eletrobrás)

FONTE: BANCO CENTRAL

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Esse assunto pode parecer especialmente árido, mas é vital para o conserto do setor produtivo que, por sua vez, dará um mínimo de segurança econômica para as pessoas e para as empresas.

O principal fator que emperra o crescimento econômico e produz inflação é a fragilidade das contas públicas por ser a responsável pelo avanço da dívida e pela crescente perda de confiança na condução da política econômica. Daí a importância do ajuste, para que o governo possa derrubar os juros e criar condições para a volta do investimento.

O compromisso do governo Dilma é obter neste ano sobra de arrecadação de R\$ 66,3 bilhões (aquilo que os economistas chamam de superávit primário), o equivalente a 1,2% do PIB. É a condição para que a dívida do Brasil não corra o risco de rebaixamento ao grau de especulação, situação que aumenta a possibilidade de calotes.

Nesta terça-feira, no depoimento que fez à Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, insistiu em que é essencial que o País preserve o grau de investimento da dívida.

Não é obsessão de neoliberal ou de vassalo do mercado financeiro. Se viesse o rebaixamento da qualidade do título de dívida a grau de especulação, não só ficaria substancialmente reduzido o número de interessados nesses títulos (o que puxaria as despesas com juros para cima), como, também, apareceriam rejeições sucessivas dos títulos do governo, das estaduais (especialmente para a Petrobrás) e do setor privado.

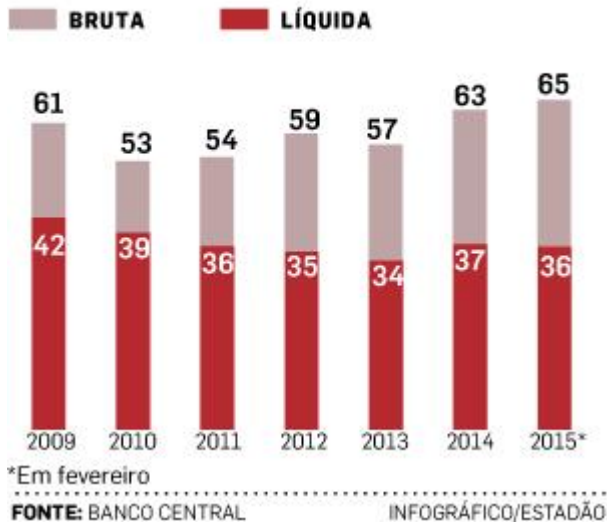
O resultado insatisfatório das contas públicas nos dois primeiros meses do ano reforça as dúvidas sobre a capacidade do governo federal de cumprir a meta do superávit fiscal de 2015. Em todo o caso, é prematura uma avaliação firme.

O secretário do Tesouro, Marcelo Saintive, deu nesta terça-feira uma explicação um tanto vaga. Disse ele que está em curso uma "readequação de pagamentos". O ministro Joaquim Levy foi mais explícito quando admitiu no Senado que apareceram contas herdadas do governo anterior. Só podem ser os tais esqueletos emparedados sabe-se lá onde pela dupla Mantega-Augustin.

CONFIRA:

● Dívida do setor público

EM PORCENTAGEM DO PIB



O gráfico mostra a evolução das dívidas bruta e líquida de todo o setor público brasileiro.

Rombo acumulado

Dívida é déficit acumulado. A dívida líquida é a dívida bruta menos os créditos. A comparação entre as duas magnitudes é complicada porque, entre outras razões, débitos e créditos têm prazos de vencimento diferentes.

O governo brasileiro gosta de dar ênfase à dívida líquida. Mas o principal critério de medida de um passivo público entre as instituições especializadas é a dívida bruta. E esta está em perigosa ascensão.

Contabilidade: indispensável em momentos de crise econômica

01/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

A Contabilidade, como sistema de informação, é uma ferramenta que não foi superada, pelo contrário, ganhou reforço com os incrementos exponenciais da tecnologia da informação. A gestão fiscal tem maximizado a utilização da informação contábil: vide SPED-Contábil e os dispositivos da Lei n. 12.973/2014.

Em primeiro ponto podemos abordar a Contabilidade sobre a ótica informacional e de seus concorrentes. Há 30 anos uma pergunta como esta: "Qual foi o faturamento da empresa no ano passado?" nos remeteria em procurar um contador para respondê-la.

Nos dias correntes tal pergunta é respondida em dois ou três clicks no sistema de informações da empresa. Pois bem, a concorrência informacional subtraiu esta tarefa corriqueira da Contabilidade. Isso foi bom!

A Contabilidade é um sistema, um método de síntese de informações, que não tem, ainda, outro igual. Resume-se os acontecimentos de uma empresa em poucas páginas de informação. Isto é possível de outra forma? Desconheço.

A Contabilidade é, pois, um sistema útil e relevante para a tomada de decisões, dado os atributos próprios oriundos de sua metodologia intrínseca. Dessa forma, uma Demonstração Financeira, um relatório de custos, um parecer contábil, carregam um verdadeiro "poder" informacional.

Em momentos de desaquecimento econômico, como o Brasil de 2015, a Contabilidade ganha relevo e o contador abre portas e convida os usuários a utilizá-la para que decisões melhores sejam otimizadas. Parece um tanto abstrato, mas não é!

Vejam que a Contabilidade, por meio do contador, pode fornecer informações sobre o comportamento de custos (fixos e variáveis), preços etc. Respondam a seguinte pergunta: Como reduzir custos sem ter conhecimento adequado de custos? Parte dessa resposta recairá sobre a Contabilidade.

Em momentos de desafios econômicos, ter e saber utilizar uma ferramenta como a Contabilidade é um privilégio. Os empresários não podem abrir mão dessa ferramenta e, para finalizar, fica um brocado, parafraseado, de uma outra notável disciplina do saber: "Consulte sempre um contador".

Mais da metade das empresas brasileiras não exige troca de senha dos funcionários

01/04/2015 - Fonte: Portal Contábil

Uma pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), divulgada nesta terça-feira, 31/03, apurou que ao menos 59% dos ataques cibernéticos registrados no estado atingem as finanças das empresas.

E mais de 60% desses atentados acontecem em indústrias de pequeno e médio porte. O levantamento Segurança Cibernética foi feito pela entidade com objetivo de compreender como o setor produtivo enxerga as ameaças cibernéticas.

A sondagem foi durante o Congresso Nacional de Segurança Cibernética, organizado pelo Departamento de Segurança (Deseg) da Fiesp.

A pesquisa apurou ainda que 46,2% dos ataques a empresas de grande porte tem como alvo as informações sigilosas. "A grande indústria investe em sistemas de bloqueio na área financeira, por isso os alvos são as micro e pequenas, mais vulneráveis, e deixa mais expostas as informações sigilosas e valiosas", explicou o diretor do Deseg, Rony Vainzof.

Na avaliação do diretor, problemas e prejuízos podem diminuir se as empresas considerarem como prioridade no planejamento estratégico investimentos para a segurança cibernética.

"Há ainda uma certa imaturidade das empresas, em relação à proteção e uso da rede mundial. Faltam práticas de políticas e de regras internas, além de treinamento de pessoal. A tecnologia não resolve o problema sozinha", afirmou.

Funcionários treinados

Os dados da pesquisa indicaram que enquanto 96,4% apostam na instalação de antivírus para prevenir ameaças virtuais, 40,1% investem em aplicação de normas internas e apenas 21,2% oferecem treinamento aos funcionários diretamente ligados com o uso da internet.

"Segurança cibernética mais eficaz combina pessoas, processos e tecnologias. Quando esta balança não está equilibrada, as organizações ficam expostas", reforçou Vainzof.

A falta de identificação das ameaças também é um desafio a ser vencido pelas empresas. Segundo a sondagem, 23,5% delas não sabem se houve ataques, sendo que 19,5% são de grande porte.

O levantamento também mostra que mais de 53% não exigem que funcionários troquem a senha periodicamente e 47% não monitoram os e-mails transmitidos pelo pessoal, aumentando o risco de ataques e invasão a ambientes restritos.

“A solução não é complexa, tampouco custosa. A sugestão é que empresas comecem a aderir a soluções de monitoramento por 24 horas, sempre de forma transparente, ou seja, com o conhecimento prévio dos usuários envolvidos”.

O Deseg ouviu 435 indústrias do estado de São Paulo entre os dias 12 de janeiro e 2 de fevereiro deste ano. Dos entrevistados, 54,7% corresponde a empresas de micro e pequeno porte, 35,9% a companhias de médio porte e 9,4% a organizações de grande porte.

Volkswagen comemora 5 anos de usina hidrelétrica própria

01/04/2015 - Fonte: Automotive Business

A pequena central hidrelétrica (PCH) Anhanguera, usina hidrelétrica da Volkswagen em parceria com a Seband e a Pleuston, instalada no Rio Sapucaí, afluente do Rio Grande, entre as cidades de São Joaquim da Barra e Guará (SP) completa cinco anos de funcionamento.

Inaugurada em 2010 com investimento de R\$ 130 milhões, a usina representa a primeira iniciativa de uma montadora no Brasil a investir na geração de energia.

Sua capacidade corresponde a 18% da energia consumida pela empresa no País, equivalente a 100 milhões de kW/h por ano, o suficiente para abastecer uma cidade de 50 mil habitantes

Uma segunda PCH da companhia, entre as cidades de Ipuã e Ituverava, também no Rio Sapucaí, recebeu investimento de R\$ 160 milhões: as duas produzem o equivalente a 40% do consumo de energia da montadora no País.

“O investimento da Volkswagen do Brasil na geração de energia demonstra o compromisso da empresa com o crescimento sustentável e com a preservação dos recursos naturais, uma vez que a hidrelétrica é uma das formas de energia mais limpas que existem”, afirma o gerente executivo responsável pelo projeto de PCH, Michael Lehmann.

Em cinco anos, a PCH Anhanguera contabiliza diversas ações: em 2012, recebeu a aprovação da ONU, a Organização das Nações Unidas, para seu projeto de Certificação de Emissões Reduzidas (CER), mais conhecido como Créditos de Carbono.

O certificado atesta que a usina hidrelétrica é uma iniciativa sustentável de geração de energia e que contribui para reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa.

A usina também gerou ações sociais, como a criação de salas de aula no canteiro de obras durante sua construção para cursos de capacitação e treinamento, além de ações ambientais, como o reflorestamento ao redor do lago que sustenta a usina, a criação de um centro de triagem de animais silvestres e a construção da ‘escada dos peixes’, acoplada à barragem que possibilita às espécies a subida do rio para o período de desova.

MWM International reduz estoques em 80% no Brasil

01/04/2015 - Fonte: Automotive Business

Após pôr em prática um novo planejamento para adequação de produção no Brasil, iniciado em 2014, a MWM International apura os primeiros resultados: a fabricante contabiliza redução de 80% dos estoques de produtos acabados e produzidos nas duas plantas nacionais, localizadas na capital paulista e Canoas (RS), atestando a efetividade do programa.

Segundo a empresa, o novo método de gerenciamento trouxe ainda a redução de custos e melhora significativa junto à cadeia de fornecedores, aumentando a precisão dos pedidos e evitando alterações na programação e demanda das peças.

“O benefício conquistado foi mútuo. Através dos esforços de todas as áreas envolvidas da MWM, conseguimos melhorias nos processos internos, maior assertividade no fornecimento das peças, redução expressiva do estoque de produtos acabados e consequentemente a customização no atendimento aos clientes.

O planejamento é contínuo e essa busca constante pela excelência nos torna ainda mais competitivos”, comemorou José Eduardo Luzzi, presidente da MWM International.

A nova metodologia de gerenciamento de pedidos foi desenhada por diversas equipes da empresa e aplicada em seus diversos âmbitos, com a realização de workshops internos e utilização de softwares de demanda independente.

O cliente também passou a ser envolvido no processo de planejamento, no qual as equipes de vendas, produção e compras participaram de reuniões diárias sobre produção a fim de aumentar a agilidade e assertividade no atendimento ao cliente final.

Faurecia faz associação com a Dongfeng na China

01/04/2015 - Fonte: Automotive Business

Na esteira da coligação entre PSA Peugeot Citroën e Dongfeng Motor Corporation, que criou no ano passado a Dongfeng Peugeot Citroën Automobile (DPCA), a Faurecia, divisão de componentes automotivos do grupo francês, firmou esta semana acordo para formar sociedade com a Dongfeng Hongtai na China.

Pelos termos do entendimento, a parceria visa o fornecimento de peças e sistemas para todas as unidades de produção de veículos de passageiros e comerciais da empresa chinesa e de seus sócios.

Segundo comunicado distribuído na terça-feira, 31, a associação deverá aumentar as vendas no mercado chinês e, no médio prazo, assegurar contratos de € 2 bilhões por ano à joint venture.

O registro oficial da joint venture será feito até o fim de maio próximo e deverá cobrir o desenvolvimento, produção e distribuição de todas as linhas de produtos da Faurecia na China. De acordo com a empresa, inicialmente serão fornecidos componentes de interior e exterior.

Um dos primeiros clientes será a nova fábrica da DPCA que está sendo construída em Chengdu. No futuro próximo, também está prevista a inclusão no portfólio de assentos automotivos e tecnologias de controle de emissões de poluentes.

Pelo acordo, serão fornecidos componentes para todas as regiões da China onde a Dongfeng e seus sócios mantêm unidades de produção. Um novo centro conjunto de pesquisa e desenvolvimento será estabelecido em Wuhan, para apoiar a joint venture em projetos, testes e validações de peças.

Segundo a Faurecia, a associação com a Dongfeng tem potencial de expandir ainda mais os negócios na China e é complementar à parceria que a empresa mantém desde 2013 com outra fabricante chinesa de carros, a Chang'na Automobile Group.

"Esta nova joint venture com a Dongfeng representa um grande passo adiante no relacionamento com clientes chineses, vai contribuir com nosso crescimento rentável e estável na China.

Nós iremos apoiar a Dongfeng e seus sócios no desenvolvimento de marcas automotivas fortes, com nossa experiência e tecnologias de última geração", comentou Yann Delabrière, CEO da Faurecia.

A fabricante de componentes do Grupo PSA atua há mais de 20 anos no mercado chinês, onde vem crescendo rapidamente, dobrando seu faturamento nos últimos três anos. Em 2014 as vendas da Faurecia na China somaram € 2,23 bilhões, 20% acima do apurado em 2013, e a expectativa é dobrar esse valor novamente até 2018, quando também espera elevar o número de fábricas no país das atuais 38 para 55, e de um para três os centros de pesquisa e desenvolvimento. Hoje a empresa emprega 12 mil pessoas na China, incluindo 800 engenheiros.

A Dongfeng Motor Corporation, fundada em 1969, é um dos três maiores grupos automotivos da China, com mais de uma dúzia de fábricas de veículos leves e pesados. Além de atuar com marca própria, tem associações para produção de carros de fabricantes ocidentais tradicionais como PSA Peugeot Citroën, Nissan, Honda, Renault e Kia. Em 2014 as empresas do grupo venderam o total de 3,8 milhões de veículos, ficando em segundo lugar no ranking das maiores fabricantes chinesas.

Uso da capacidade instalada da indústria cai a 78,5%

01/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

A capacidade instalada da indústria nacional caiu a 78,5% em fevereiro, ante 80% em janeiro, informou ontem a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O dado está presente no estudo "Indicadores Industriais". Considerando dados dessazonalizados, a Utilização da Capacidade Instalada (UCI) ficou em 79,7%, ante 80,9% em janeiro. Os percentuais do mês passado são os mais baixos desde fevereiro de 2009, adverte a CNI.

Embora ainda não seja possível apontar que haja uma tendência de queda, o economista da CNI, Fábio Guerra, adverte que o cenário para o futuro próximo não é animador, devido à combinação de fatores como estoques elevados, produção baixa e demanda enfraquecida.

Segundo ele, ainda não é possível estimar quanto tempo levará para ser revertido o quadro de alta ociosidade ou se os dados de março mostrarão uma situação ainda pior. "O quadro certamente é de adversidade", avalia. Ele lembra que, quando a demanda reaquecer, será preciso primeiro liberar estoques - que estão altos - para só depois retomar a produção. E isso leva tempo, adverte.

Já o faturamento real subiu 1,9% em fevereiro ante janeiro e caiu 9,6% em relação a fevereiro do ano passado. Para a CNI, a elevação na comparação com janeiro não chega, necessariamente, a ser uma boa notícia. "Após três meses seguidos de queda, o

faturamento real voltou a crescer em fevereiro (1,9%), na série dessazonalizada, mas sem a intensidade necessária para caracterizar uma recuperação. Considerando os resultados apenas de janeiro e fevereiro, o faturamento real da indústria em 2015 caiu 8,8% frente a 2014", cita a CNI.

Segundo a confederação, os resultados de fevereiro reforçam a tendência de contração da atividade industrial, especialmente os indicadores de horas trabalhadas na produção e de utilização da capacidade instalada.

O indicador de horas trabalhadas caiu 0,5% em fevereiro ante janeiro e 9,5% na comparação com fevereiro do ano passado. O indicador de nível de emprego caiu 0,1% em fevereiro ante janeiro e 3,8% em relação a fevereiro do ano passado.

A massa salarial real, por sua vez, subiu 0,4% em fevereiro ante janeiro e caiu 4,6% em relação fevereiro de 2014. O rendimento médio real cresceu 0,4% em fevereiro ante janeiro e caiu 0,8% ante fevereiro do ano passado.

A CNI alerta que diante do cenário adverso a indústria voltou a cortar postos de trabalho. "O indicador de emprego, que não caía desde outubro do ano passado, registrou queda de 0,1% na passagem de janeiro para fevereiro", destaca a nota da entidade.

Sobre as altas da massa salarial e do rendimento médio, ambos em termos reais (ambos aumentaram 0,4% em fevereiro ante janeiro), a CNI ressalta que são menos intensas que as observadas em fevereiro de 2014.

Preços baixos derrubam os investimentos de mineradoras em Minas

01/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

A Manabi S/A reduziu em R\$ 733 milhões o valor de seus ativos minerários. A companhia, que mantém um projeto bilionário em Minas Gerais, é afetada pela forte retração nos preços internacionais do minério de ferro desde o ano passado.

De acordo com comunicado enviado ontem ao mercado, a companhia informa que reconheceu uma redução ao valor recuperável dos ativos, a operação é denominada *impairment*. Do total, R\$ 659 milhões correspondem ao projeto Morro do Pilar, no Médio Espinhaço.

Já a redução do projeto Morro Escuro, em Santa Maria de Itabira (Central) somou R\$ 74 milhões. "O *impairment* ocorre em função do declínio desde o início de 2014 do preço *spot* do minério de ferro e de previsões de mercado mais baixas para o preço de longo prazo", informa.

Com a baixa contábil, a Manabi anunciou ontem prejuízo líquido de R\$ 750,450 milhões em 2014, contra o resultado negativo de R\$ 13,820 milhões no ano anterior.

O principal projeto da companhia em Minas Gerais é o Morro do Pilar, onde a mineradora pretende extrair 25 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. O empreendimento compreende também a construção de um mineroduto de aproximadamente 500 quilômetros entre a região do Médio Espinhaço e o litoral capixaba, onde será erguido o terminal portuário da empresa. Inicialmente, os investimentos eram estimados em R\$ 6,25 bilhões.

Os preços internacionais do minério estão em queda livre. A cotação da *commodity* passou de aproximadamente US\$ 135 a tonelada no início do ano passado para os atuais US\$ 51 a tonelada. Isto representa queda de 62%. O desempenho negativo é resultado

de uma sobreoferta no mercado transoceânico. Além disso, é registrada uma perda de ritmo na produção siderúrgica chinesa.

MMX - A cotação em baixa é também um dos fatores que levou a MMX Mineração e Metálicos, empresa do grupo EBX do empresário Eike Batista, a registrar prejuízo de R\$ 2,223 bilhões em 2014. No ano anterior, o resultado ficou negativo em R\$ 2,068 bilhões.

A receita de vendas de bens e serviços da companhia totalizou R\$ 329,049 milhões no ano passado. O resultado é 68,3% inferior ao registrado em 2013, quando somou R\$ 1,041 bilhão, conforme balanço divulgado ontem pela mineradora.

As operações no principal ativo da empresa, a MMX Sudeste Mineração, com ativos na região de Serra Azul, estão paralisadas desde setembro do ano passado. A subsidiária está em recuperação judicial desde outubro de 2014.

Também no ano passado, a companhia anunciou baixa contábil de R\$ 1,8 bilhão. De acordo com comunicado enviado ao mercado na ocasião, o resultado é relativo ao valor remanescente contabilizado para as operações correntes e para o projeto de expansão da unidade Serra Azul.

Além dos problemas financeiros, parte da lavra foi embargada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad) após a identificação de danos causados a pequenas cavernas subterrâneas na área da mina. Com o cenário negativo e a paralisação das operações, a MMX demitiu cerca de 450 trabalhadores em Serra Azul.

A expansão da unidade na Grande BH é o maior projeto da mineradora. Inicialmente, a MMX pretendia alcançar uma produção de 29 milhões de toneladas/ano de minério de ferro. Os investimentos no empreendimento eram estimados em R\$ 4,8 bilhões.

CNI quer apoio do governo para investimento em inovação

01/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Empresários da indústria querem o apoio do governo Dilma Rousseff para "destravar" os investimentos em inovação no país. Para isso, lideranças da Confederação Nacional da Indústria (CNI) discutirão com técnicos dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) e de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) ponto a ponto o projeto de Lei 2.177, que está pronto para ser votado na Câmara dos Deputados.

Pelo texto do projeto, as Instituições de Ciência e Tecnologia (ICTs) do setor privado passarão a ser contempladas pelos incentivos fiscais previstos na Lei de Inovação. Hoje, apenas as instituições públicas contam com benefícios. Segundo o economista Igor Cortez, da diretoria de inovação da CNI, isso vai aumentar a relação entre as empresas e as instituições de pesquisa.

"Há um emaranhado de instituições privadas trabalhando com ciência e tecnologia no Brasil e que não podem receber subvenção econômica do BNDES e da Finep, por exemplo, que alavancariam pesquisas mais avançadas", disse ele.

O projeto também "reduz burocracias", segundo Cortez, como os processos de importação de máquinas, equipamentos e insumos para pesquisa, desenvolvimento e inovação, que poderão ter tratamento aduaneiro mais ágil. Outra burocracia que o projeto derruba é quanto a remuneração do pesquisador que é envolvido em um trabalho de uma empresa privada.

"Nos Estados Unidos, o pesquisador de uma universidade dá aula por nove meses e sua

remuneração anual cobre esse período apenas. O restante ele pode fazer o que quiser, inclusive trabalhar com empresas para desenvolvimento de produtos. As universidades apoiam, porque o pesquisador diversifica conhecimento, e o profissional também gosta por essa razão, além do lado financeiro", explicou Cortez, que resumiu: "No Brasil, precisamos ter essa flexibilidade também para aprimorar o capital humano".

Cooperação - A parceria entre companhias privadas e centros de pesquisa e universidades também recebe um tratamento especial no projeto de lei. Hoje, a lei brasileira prevê que uma instituição de ciência e tecnologia (ICT) somente pode compartilhar seu laboratório com uma empresa se, no projeto entre elas, estiver estipulado alguma remuneração inicial para a ICT.

"Mas uma empresa média ou pequena, que está lutando com os problemas diários, não tem como dar esse aporte inicial", afirmou Cortez. No projeto em discussão na Câmara, a cooperação entre empresas e mesmo *start-ups* com centros de pesquisa pode se dar pela participação no capital social. "Para dividirem os lucros do projeto", disse Cortez.

O projeto de lei, cujo relator é o líder do governo Dilma Rousseff na Câmara, o deputado Sibá Machado (PT-PI), foi colocado para votação em plenário duas vezes neste ano, mas retirado a pedido do governo para negociar os pontos com os empresários. A equipe econômica teme que algumas das medidas do projeto envolvem a perda de recursos fiscais.

"O momento do país é difícil, mas é justamente nessas horas que é preciso investir em inovação. Quem está fazendo inovação no setor privado hoje são as grandes empresas, porque as demais sofrem com uma série de barreiras legais que dificultam a relação com universidades e centros de pesquisa", disse Cortez

Mercado de trabalho em crise afeta recrutadores

01/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Um dos principais sintomas da desaceleração da economia brasileira é a diminuição no ritmo da contratação de trabalhadores pelas empresas de diferentes setores. O cenário é preocupante. O quadro adverso alcançou, inclusive, as empresas de contratação de pessoal, que trabalham com recrutamento e seleção para os diferentes estratos corporativos, das vagas mais operacionais até a alta gestão.

De acordo com a diretora executiva da Quality Training Recursos Humanos, Marisa Ayub, a economia brasileira passa, sim, por um momento crítico. O país gerou 396.993 vagas de empregos formais em 2014, segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O número de empregos criados em todo o ano passado representa uma queda de 64,4% em relação às vagas abertas em 2013 - que somaram 1,11 milhão. O recorde de geração, para um ano fechado, aconteceu em 2010, quando foram criadas 2,54 milhões de vagas.

Para Marisa Ayub, isso não quer dizer que as empresas deixaram de demandar. Aquela fase em que as empresas contratavam grandes volumes e faltava mão de obra no mercado realmente passou.

"Hoje, elas estão mais cautelosas e buscam contratações mais direcionadas. Oferecem menos vagas e, como há um contingente reserva, procuram por profissionais realmente qualificados, que se encaixem nas necessidades da companhia com menor investimento em treinamento", explica Marisa Ayub.

Para a gestora, era possível prever que o perfil das contratações mudaria e as empresas que souberam ler o novo cenário com antecedência conseguiram traçar estratégias eficientes.

"Há tempos sabíamos que aquela onda das contratações feitas no volume acabaria. As empresas de recursos humanos que se anteciparam intensificaram o relacionamento com as empresas clientes e buscaram soluções criativas para atender seus clientes", destaca a diretora executiva da Quality.

Conselheiro da Associação Brasileira de Recursos Humanos - Minas Gerais (ABRH-MG), Carlos Alberto Caram avalia o momento como grave, porém reversível. "Vivemos um momento muito ruim, com mercado parado.

Todos os setores estão ameaçando reduzir o quadro de funcionários. Há mais de dez anos não vivemos um momento tão fraco. As empresas estão recrutando o estritamente necessário e buscando perfis muito mais ajustados. A receita é trabalhar, buscar qualidade e soluções pensadas para o momento", afirma Caram.

Algumas áreas ganharam projeção justamente por causa da crise. Profissionais de finanças e de vendas são apontados como estratégicos para a saída da crise. "São eles que vendem e que detectam possíveis gargalos e pontos de desperdício. São capazes de aumentar a receita e estancar perdas imediatamente", analisa o conselheiro da ABRH-MG.

IBGE revisa produção industrial de janeiro ante dezembro de 2,0% para 0,3%

01/04/2015 - Fonte: Agência Estado

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revisou o dado da produção industrial de janeiro ante dezembro, que passou de +2,0% para +0,3%. O dado de dezembro ante novembro também foi revisto, de -3,2% para -1,6%, enquanto o de novembro ante outubro passou de -1,1% para -1,2%, e o de outubro ante setembro saiu de +0,2% para +0,1%.

Com a revisão, o resultado do fechamento de 2014 passou de -3,3% para -3,2%. Segundo André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE, a forte revisão é resultado do processo de ajuste sazonal após a entrada da nova informação na série histórica. Houve influência da realização do carnaval em fevereiro deste ano, enquanto a data foi celebrada em 2014 no mês de março.

Produção industrial recua 9,1% em fevereiro, maior queda desde 2009

01/04/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A produção industrial caiu 9,1% em fevereiro, a maior queda desde julho de 2009 (-10%) de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF), divulgada pelo IBGE nesta quarta-feira (1). Em relação a janeiro, houve recuo de 0,9%. Já no acumulado em 12 meses, a queda é de 4,5%. Todas as categorias avaliadas registraram queda em sua atividade.

A principal influência negativa veio do setor de bens de capital, indicador de investimentos, com queda de 4,1% frente a janeiro. Em relação ao mesmo mês do ano passado, o tombo é de 25,7%.

O segmento de bens de consumo semi e não-duráveis caiu 0,5% frente a janeiro, e 8,9% em relação a fevereiro de 2014. Já o de bens intermediários (insumos para a indústria) recuou 0,1% frente a janeiro e 4% em comparação ao mesmo período de 2014.

Em janeiro, o resultado foi revisado de alta de 2% da atividade da indústria para avanço de 0,3%. De acordo com a pesquisa, o tombo do ano passado na indústria foi revisado de 3,3% para 3,2%, o pior desde 2009 (7,1%). O desempenho em dezembro foi revisado de -3,2% para -1,6% frente a novembro.

PIB fraco

Na semana passada, o IBGE divulgou que o PIB cresceu apenas 0,1% em 2014 e adiou para este ano, na opinião de especialistas, uma recessão. No último Boletim Focus, especialistas projetam uma retração de 1% da atividade econômica para 2015.

De acordo com as contas da pesquisa, diferentes do levantamento mensal, a indústria registrou queda de 1,2% em 2014. O único segmento do setor que cresceu no ano passado foi extrativa mineral, com alta de 8,7%.

A construção civil recuou 2,6%, mesma taxa da produção e distribuição de eletricidade, gás e água. A indústria de transformação teve tombo de 3,8%, puxada para baixo por indústria automotiva, máquinas e equipamentos, aparelhos elétricos e produtos de metal.

Fiesp não vê sinal de recuperação da indústria mesmo com alta do INA em fevereiro

01/04/2015 - Fonte: O Povo Online

A elevação de 0,8% no Indicador de Nível de Atividade (INA) no Estado em fevereiro ante janeiro, apesar de positiva, ainda não sinaliza uma retomada da produção, na avaliação do diretor do Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos (Depecon) da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Francini.

"Percebemos que esse aumento tanto em janeiro quanto em fevereiro é reflexo da grande queda que houve em novembro e dezembro", explicou, em nota. O INA de janeiro foi revisado de alta de 2,9% para elevação de 5,4%, na série com ajuste sazonal, e de alta de 2,6% para elevação de 5,5%, na série sem ajuste.

Mesmo com as revisões de janeiro, Francini diz não ver "no número em si a condição de alterar a visão quanto ao desempenho da indústria para o ano de 2015, que é um mau desempenho".

A projeção da Fiesp é de uma redução de até 5% da atividade industrial de São Paulo em 2015. Para Francini, o baixo grau de confiança do empresariado ainda influencia negativamente o investimento no setor. "Os investimentos continuam comprometidos por essa visão de futuro", afirmou, destacando o cenário macroeconômico de aumento de juros e inflação e de redução do consumo.

Câmbio

Apesar da desvalorização do real em relação ao dólar elevar a competitividade da indústria brasileira, Francini diz que ainda não é possível dimensionar o impacto da variação cambial no setor produtivo.

"Certamente o efeito é positivo, mas dimensioná-lo é mais complicado porque há esse tempo necessário para as empresas ganharem posição no mercado externo. Ou seja, é um tempo impossível de determinar. É uma coisa que vai depender do particular setor, da particular empresa", explicou.

Luiz Carlos Bresser-Pereira: Além do ajuste, um acordo político

01/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A economia brasileira está semiestagnada se analisarmos no longo prazo. Desde 1980, o crescimento per capita é inferior a 1%, contra 4,1%, entre 1950 e 1979. No curto prazo, há também uma crise, porque em 2014 não houve crescimento e hoje o país está entrando em recessão.

Não devemos, entretanto, exagerar a dimensão da crise econômica de curto prazo. O desempenho do governo Dilma, afinal, foi semelhante ao do governo FHC, e o de Lula só foi melhor porque se beneficiou de um boom de commodities.

Já a crise política que o governo Dilma enfrenta neste começo de segundo mandato é grave. Não é uma crise de Estado, cujas instituições estão fortes, mas de governo, porque, além de ter perdido apoio na sociedade civil –onde os ricos pesam mais–, perdeu popularidade.

Os erros econômicos e políticos cometidos pela presidente, somados à violenta queda no preço das commodities ajudam a explicar a sua perda de popularidade.

A explicação fundamental, no entanto, está na hegemonia ideológica do conservadorismo liberal, que dá à crise econômica de curto prazo uma dimensão que ela não tem, que acusa a presidente de "estelionato" eleitoral porque ela está fazendo o que tem que fazer e que procura vinculá-la ao escândalo da Petrobras sem qualquer fundamento.

Felizmente, a democracia está consolidada no Brasil. São as instituições do Estado brasileiro que estão desvendando e processando os escândalos que se sucedem. O último dos quais –e de longe o mais custoso para a nação–, a quadrilha descoberta na Receita Federal, vem de longe e não envolve políticos, apenas empresas e funcionários.

Conforme informou Elio Gaspari nesta Folha, durante o período de Guido Mantega no Ministério da Fazenda os acordos criminosos entre empresas e funcionários "foram combatidos e gente séria estima que, se a taxa de malandragens era de 70%, hoje estaria em 30%".

O que fazer diante da crise política? Continuar a dar ênfase à falta de controle do governo sobre sua base aliada, principalmente o PMDB? Para quê? Para confirmar o que o governo está com grande dificuldade de governar? Continuar a promover manifestações de rua para mostrar indignação contra a corrupção? Para mostrar falta de apoio ao governo? Para gritar, "fora Dilma"?

Mas é então o golpe de Estado que se quer? Para obrigar Dilma a trair seus princípios e se submeter à política liberal e dependente que a oposição defende? Está claro que a presidente tem limitações e cometeu erros, mas é uma mulher corajosa e dotada de forte espírito público, que não trai seus princípios.

É óbvio que não é por aí que se enfrentará e que se resolverá a crise política atual, que inviabiliza o governo e prejudica o país. Dado que a democracia está consolidada no Brasil, e se nada for feito, teremos quatro anos de pouco governo.

Hoje a prioridade está em resolver a crise econômica de curto prazo, mas o ajuste fiscal que se impõe já está sendo feito. Apesar disso, não nos enganemos, o ajuste não resolverá a semiestagnação de longo prazo.

Para superá-la o Brasil precisa de um pacto político que faça a crítica da alta preferência pelo consumo imediato e faça com que a taxa de câmbio passe a flutuar em torno do equilíbrio competitivo, eliminando a grande desvantagem que está desindustrializando o país.

Isso significa que o pacto não deve dar a vitória ao liberalismo dependente de direita, que é por definição incapaz de resolver esse problema estrutural, nem insistir em um desenvolvimentismo de esquerda avesso ao lucro das empresas, que também fracassou em lograr a retomada do desenvolvimento.

Esse grande acordo político deve ser desenvolvimentista, porque é defensor de uma inserção competitiva na economia mundial, e não de uma inserção subordinada. Deve ser de centro, em vez de direita ou de esquerda, porque não deve dar preferência nem aos trabalhadores nem aos empresários.

Deve ter como pressuposto a rejeição do populismo cambial, o que caracteriza a política econômica brasileira desde 1994. Deve ser um acordo que garanta câmbio e lucro satisfatórios para os empresários, emprego e salários aumentando com a produtividade para os trabalhadores, e taxa de juros internacional para os rentistas.

LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA, 80, é professor emérito de economia, teoria política e teoria social da FGV. Foi ministro da Fazenda (governo Sarney), da Administração e Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia (governo FHC)

IPC-S acelera alta a 1,41% em março sobre fevereiro

01/04/2015 - Fonte: Exame.com

O Índice de Preços ao Consumidor Semanal (IPC-S) encerrou o mês de março com alta de 1,41 por cento, ante avanço de 0,97 por cento em fevereiro, de acordo com informações divulgadas nesta quarta-feira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O número representa, entretanto, uma pequena desaceleração ante a alta de 1,47 por cento vista na terceira quadrissemana de março.

A FGV informou que a principal contribuição para o resultado de março na comparação com a terceira quadrissemana foi exercida pelo grupo Transportes, cuja alta desacelerou a 0,67 por cento na última quadrissemana ante 1,42 por cento na terceira.

Nesta classe de despesa, destacou-se o item gasolina, cuja taxa passou de 4,56 por cento para 1,82 por cento.

Indústria europeia acelera com euro fraco

01/04/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

A atividade industrial na zona do euro acelerou mais rápido do que previsto inicialmente no mês passado, ampliando os sinais de que a economia do bloco está se recuperando, mostrou nesta quarta-feira a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês).

O PMI final de indústria para março chegou à máxima de 10 meses de 52,2, acima da preliminar de 51,9.

Foi o 21º mês acima da marca de 50 que separa crescimento de contração.

"A leitura final do PMI sinalizou crescimento ligeiramente mais forte da economia industrial do que a leitura preliminar, ampliando os sinais de que a economia da zona do euro está reanimando após a desaceleração do ano passado", disse Chris Williamson, economista-chefe do Markit.

"Março registrou o maior aumento em novas encomendas de exportação desde abril de 2014. As empresas informaram que o euro mais fraco foi o principal fator por trás das novas encomendas para exportações mais altas."

O subíndice que mede as novas encomendas para exportação, que inclui o comércio dentro do bloco, saltou para 52,7 ante 51,8 em fevereiro, ajudando o índice de produção a saltar à máxima de 10 meses de 53,6.

Confiança de pequenas e médias empresas para o 2º semestre deste ano caiu, diz Insper

01/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

O índice de confiança dos empresários de pequenos e médios negócios no Brasil para o segundo trimestre atingiu 57,7 pontos, uma queda de 2% quando comparado aos três primeiros meses de 2015, segundo pesquisa do Insper/Santander. Com isso, o indicador voltou para os patamares do segundo trimestre de 2009, no auge da crise financeira internacional.

Na divisão por setores, o índice de serviços teve o maior recuo, passando de 60,3 para 58,4. No comércio, houve queda de 58,3 para 57,0, enquanto a indústria apresentou leve recuperação, passando de 58,4 para 58,9. Segundo o professor do Insper Gino Olivares, o recuo do indicador geral no segundo trimestre foi menor que o esperado, o que pode ser explicado pelo fato de quase todos os subíndices estarem muito perto das mínimas históricas. É o caso da indústria, que se recuperou levemente após atingir patamar recorde de baixa no trimestre anterior.

Entre os seis tópicos sobre os quais os pequenos e médios empresários foram questionados, apenas no Emprego houve leve melhora, de 53,9 para 54,0. O pior desempenho foi no desempenho geral da Economia (de 51,6 para 48,4), seguido de Lucro (de 63,9 para 62,2), Faturamento (de 64,7 para 63,6), Ramo (de 61,8 para 60,9) e Investimento (de 57,5 para 57,2). Na divisão por regiões geográficas, houve melhora no Nordeste (de 57,9 para 59,8), Centro-Oeste (de 56,3 para 57,5) e Sul (56,4 para 56,7), e piora no Sudeste (de 60,2 para 57,0) e Norte (de 63,7 para 62,0). O Sudeste responde por 47% dos entrevistados, sendo que 54% do total nacional estão no comércio.

Olivares aponta que, diferentemente do que aconteceu em 2009, desta vez o mundo está melhorando, enquanto a confiança no Brasil piora. "Além disso, o Brasil não tem o mesmo grau de liberdade para agir. Naquela ocasião foram adotadas ações anticíclicas, coisa que hoje não temos mais condição de fazer", explica.

Segundo o pesquisador, isso quer dizer que não deve ser observada agora uma recuperação tão rápida quanto aconteceu no segundo semestre de 2009. "A recuperação, se acontecer, será num ritmo muito lento. Mesmo assim, não consigo vislumbrar isso. Acho que na melhor das hipóteses a confiança para de cair".

Um dos motivos que poderia levar a um cenário um pouco mais positivo é o avanço na implementação das medidas de ajuste fiscal e a manutenção do rating soberano do Brasil pela Standard & Poor's. Essa manutenção foi anunciada no último dia 23, um pouco depois do período de coleta da pesquisa.

Olivares afirma ser curioso o fato de o cenário econômico ruim ainda ter impactado a avaliação sobre o Emprego, até porque já é possível ver reflexos em outros indicadores do mercado de trabalho.

Ele explica que o subíndice também está perto das suas mínimas históricas e pode haver uma defasagem até que o contexto ruim afete a avaliação sobre esse tópico. O pesquisador aponta que a maior parte das vagas fechadas nos últimos meses é no setor industrial, enquanto grande parte das pequenas e médias empresas está em comércio e serviços.

O Insper realizou 1.328 entrevistas telefônicas. A margem de erro da pesquisa é de 1 ponto porcentual, para mais ou para menos, com um nível de confiança de 95%. O indicador mede a confiança do empresário de pequenos e médios negócios (com faturamento até R\$ 80 milhões) na economia brasileira.

O índice reflete as perspectivas deste grupo com relação ao futuro da economia, do seu setor e do seu próprio negócio. Os entrevistados respondem questões obedecendo a uma escala de zero a 100 pontos, onde 100 representa o nível máximo de confiança.

Cobre apaga ganhos e opera em baixa, apesar de dados favoráveis da China

01/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

Os futuros de cobre operam em ligeira baixa em Londres e Nova Iorque, apagando ganhos de mais cedo, apesar da publicação de números favoráveis de atividade manufatureira da China, o maior consumidor mundial de metais básicos.

Nos negócios da manhã na Europa, o cobre para três meses tinha baixa marginal de 0,02% na London Metal Exchange (LME), a US\$ 6.040,00 por tonelada. Na Comex, a divisão de metais da bolsa mercantil de Nova Iorque (Nymex), o cobre para maio caía 0,53%, a US\$ 2,7255 por libra-peso, às 8h36min (de Brasília).

A tendência de queda veio após o cobre reagir em alta aos últimos dados da indústria chinesa. O chamado índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) oficial do setor manufatureiro da China subiu para 50,1 em março, de 49,9 em fevereiro, enquanto o PMI equivalente medido pelo HSBC caiu para 49,6, de 50,7, na mesma comparação, mas foi revisado para cima, de uma leitura preliminar de 49,2.

Resultados acima de 50,0 indicam expansão da atividade e abaixo dessa marca, contração. "Em outras palavras, a economia chinesa parece ter saído das comemorações de Ano Novo em melhores condições do que se temia originalmente", comentaram analistas do Commerzbank.

Já o níquel para três meses avançava 1,0% na LME, a US\$ 12.520,00 por tonelada, mas após tocar mais cedo mínima em quase seis anos de US\$ 12.310,00 por tonelada, aparentemente por causa de um forte movimento de vendas a descoberto por fundos, após relatos sobre a demanda extremamente fraca para a produção de aço inoxidável - o principal uso do níquel - da Europa e da China, segundo a Macquarie.

Entre outros metais negociados na LME, o alumínio recuava 0,2%, a US\$ 1.782,00 por tonelada; enquanto o zinco subia 0,6%, a US\$ 2.094,00 por tonelada; o chumbo avançava 0,8%, a US\$ 1.834,50 por tonelada; e o estanho caía 0,4%, a US\$ 16.535,00 por tonelada.

Tóquio fecha em baixa com temores sobre confiança de empresas e indústria

01/04/2015 - Fonte: Jornal do Comércio

A Bolsa de Tóquio encerrou em baixa nesta quarta-feira (1), diante de temores sobre o ânimo dos empresários e uma deterioração na atividade industrial. A tendência de queda no mercado local também foi direcionada pelo dólar mais fraco, que prejudica os exportadores. Com isso, o índice Nikkei encerrou com recuo de 0,90%, aos 19.034,84 pontos.

Apesar dos esforços do governo japonês em estimular a economia do país, a fraqueza do consumo e as pressões deflacionárias continuam pesando sobre o sentimento dos grandes fabricantes, que seguem cautelosos quanto às condições de negócios. A avaliação é do Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês), em mais uma edição da pesquisa trimestral Tankan, está referente aos três meses encerrados em janeiro deste ano.

Segundo o levantamento, feito com milhares de companhias, o índice que mostra o humor dos grandes fabricantes estava em +12 em janeiro, inalterado em relação a dezembro.

O número é resultado da subtração do percentual de empresas que dizem que as condições para os negócios atuais são ruins do percentual de entrevistados que avaliam as condições atuais positivamente.

Outro sinal de alerta veio do índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) industrial do Japão, que caiu para 50,3 em março, de 51,6 em fevereiro. O valor do mês passado atingiu o nível mais fraco em uma sequência de 10 meses de resultados acima de 50,0, o que continua a sinalizar expansão no setor, mas a um ritmo mais fraco.